

13 JAN 1997

# Voto de liderança transforma-se em bode expiatório institucional

Certo de que a crônica falta de quorum no plenário do Congresso é resultado dos acordos e entendimentos produzidos em gabinetes, pelo colégio de líderes partidários, o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA) apresentou, na sexta-feira, à Mesa do Senado, proposta extinguindo o voto de liderança na Casa.

Ele defendeu que a providência seja atendida à Câmara e, também ao Congresso Nacional. Para a época da reforma constitucional, o senador quer diminuir o quorum de votação a 30 por cento do plenário. "Duvido", previu, "que o Governo e a oposição insistam em manobras como negar quorum, porque sempre estarão correndo o risco de perder uma votação". Jutahy Magalhães acredita que só havendo votações nominais para todas as matérias os deputados e senadores comparecerão às sessões com assiduidade, porque essa será a chance de defender suas idéias e votar.

O senador não concorda com o sistema atual, em que os líderes se fecham em gabinete para buscar acordos, produzindo textos que levam ao plenário na última hora, inclusive desrespeitando o Regimento Interno, que manda ler em plenário e publicar o parecer nos avulsos com 24 horas



**Adilson Motta: precisando ver TV para saber o que votou**

de antecedência. Na quinta-feira, durante a votação da medida provisória, depois derrotada, que criava o Imposto Territorial Rural, o deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP) ocupou a tribuna para indagar qual seria o texto a entrar em votação, porque estava informado que era "um fantasma", feito de última hora e diferente de tudo que circulava na Casa.

Boa parte da sessão do Congresso de sexta-feira foi tomada por protestos contra o voto de liderança feitos por deputados e senadores que não se conformam em ser substituídos, na hora das votações, pelos líderes de suas

bancadas. "Tenho até vergonha de dizer isso, mas muitas vezes tenho de ver o noticiário dos jornais e da televisão para saber o que votamos aqui", confessou o deputado Adylson Motta (PDS-RS) que, no início do processo de votação, na quinta-feira, encaminhou requerimento à Mesa, com mais de 60 assinaturas, pedindo que as cinco medidas provisórias, que motivaram a convocação extraordinária do Congresso, fossem à votação nominal.

Ele conseguiu votação nominal para as duas primeiras medidas, a do Lloyd Brasileiro (aprovada como projeto de conversão) e a do ITR (rejeitada).